

# ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM COMPANHIAS DO VAREJO<sup>1</sup>

Eduardo da Silva Silveira<sup>2</sup>

Eduardo Plastina<sup>3</sup>

## RESUMO

Este estudo objetivou analisar o cumprimento das exigências quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, conforme exige o Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC 25 (2009) e demais normas, de empresas do setor varejista. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa. Para obter os dados necessários para efetuar as devidas análises, foram examinadas as demonstrações contábeis e notas explicativas, relativas ao período de 2016, de quatro empresas que fizeram parte da amostra. A fim de direcionar a coleta de dados, foi elaborado um *checklist* com base no CPC 25 (2009) e demais bases normativas para as provisões e passivos contingentes. Através das análises efetuadas, os resultados obtidos neste estudo revelam que as provisões representam uma pequena parte do total de passivos das companhias, enquanto que os passivos contingentes possuem maior representatividade. Foram identificadas desconformidades com a norma contábil, como a utilização inadequada do termo provisão para contas redutoras do ativo e para passivos decorrentes de apropriações por competência (*accruals*). Referente aos critérios de reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, o estudo aponta que as quatro empresas analisadas estão devidamente cientes do que é exigido pela norma contábil, porém, percebeu-se que as mesmas não cumprem em sua totalidade as atuais práticas contábeis e não contemplam de forma total o que é exigido no CPC 25 (2009), apesar de informarem de forma explícita, que suas demonstrações contábeis estão de acordo com esses Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.

**Palavras-chave:** Provisões. Passivos Contingentes. Passivos. Varejo. CPC 25.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the fulfillment of the demands about the recognition, measurement and disclosure of the provisions and contingent liabilities, as required by Accounting Pronouncements Committee-CPC 25 (2009) and other rules, from companies on the retail sector. It is a descriptive study, of qualitative nature. In order to obtain the necessary data to make the appropriate analyzes, were examined the accounting statements and explanatory notes, related to the year of 2016, from four companies that were part of the

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2017, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS (Silveira.duuh@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador: Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (Eduardo.plastina@sbsp.com.br)

sample. Willing to orientate the data collection, a *checklist* was made based on CPC 25 (2009) and other normative bases to provisions and contingent liabilities. Through the performed analyzes, the obtained results in this study reveal that provisions represent a small part of the company's liabilities' total, while contingent liabilities own a bigger representativeness. There were identified nonconformities with the accounting norm, such as the inadequate use of the provision term to reducing accounts of the assets and to liabilities resulting of appropriations by competence (*accruals*). Regarding the provisions and contingent liabilities' recognition criteria and measurement, this study points that the four analyzed companies are properly aware of what is demanded from the accounting norm, however, it was noticed that they do not fully comply with the accounting commit and do not fully contemplate what is required on CPC 25 (2009), although they explicitly inform that their accounting demonstrations are according to these technical pronouncements, interpretations and orientations.

**Keywords:** Provisions. Contingent Liabilities. Liabilities. Retail. CPC 25.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da Contabilidade, poucos assuntos geraram tantas discussões quanto as provisões e os passivos contingentes. A necessidade de as empresas divulgarem informações mais completas traz as provisões e os passivos contingentes a uma posição de destaque e relevância. Segundo o CPC 00 (R1), o objetivo do relatório contábil-financeiro é fornecer informações acerca da entidade que reporta esta informação que sejam úteis a investidores existentes ou em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Assim, por representarem uma possível saída de recursos da entidade, as provisões e os passivos contingentes se tornam importantes para a tomada de decisão dos diferentes usuários existentes.

Segundo Albuquerque e Faria (2009), as incertezas referentes a ganhos ou perdas para uma empresa que refletiram em eventos futuros são conhecidos como contingências. Conforme o ofício circular CVM 01/2015, “contingência é uma condição ou situação cujo resultado final, favorável ou desfavorável, dependente de eventos futuros incertos”. Já Albuquerque e Faria (2009), classificam contingência como uma situação ou conjuntos de situações que envolvam alguma incerteza, podendo gerar um ganho ou uma perda.

O Brasil, através do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido e aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (2009), define e estabelece os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos contingentes, além de exigir que seja divulgada informação suficiente

nas notas explicativas, fazendo com que os diferentes usuários entendam a natureza, oportunidade e valor destas provisões e passivos contingentes.

Diante do exposto, define-se o seguinte problema de pesquisa: as companhias atuantes no ramo varejista estão cumprindo, conforme estabelecido pelos órgãos reguladores, às exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes?

Este estudo tem por objetivo identificar se as companhias atuantes no ramo varejista estão cumprindo com as premissas de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, conforme CPC 25 (2009), instituído pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e demais bases normativas.

Além do objetivo geral citado anteriormente, foram definidos os seguintes objetivos específicos desse estudo:

- a) Conceituar e diferenciar provisões de passivos contingentes;
- b) Identificar quais as provisões e passivos contingentes mais usuais entre as empresas definidas para o estudo;
- c) Identificar se as empresas objetos deste estudo cumprem com as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, segundo CPC 25 (2009).

Este estudo justifica-se pela relevância do assunto nas organizações atualmente, além de dar continuidade a estudos já desenvolvidos sobre o assunto em diferentes segmentos do mercado. Ademais, contribui para os usuários em saber se as empresas varejistas estão cumprindo com as exigências das normas contábeis quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, a partir da análise das demonstrações contábeis destas empresas.

É importante analisar se a informação está livre de fraudes ou manipulações por parte da administração, de forma que a informação transmitida aos usuários através das demonstrações contábeis sejam as representações mais fidedignas da realidade econômica, financeira e patrimonial daquela empresa na data de publicação.

Este estudo está organizado da seguinte forma: Além da introdução aqui abordada, na sessão 2 serão abordados os principais conceitos necessário para que se possa desenvolver a pesquisa, além de estudos anteriores realizados sobre o assunto; na sessão 3, serão abordados os procedimentos metodológicos; na sessão 4, os dados obtidos e as análises efetuadas; já na sessão 5, serão abordadas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para facilitar o entendimento deste estudo, será necessária uma breve explicação dos conceitos de provisão e passivos contingentes, além de suas bases normativas. Também, serão apresentados estudos anteriores a este, a fim de agregar valor a pesquisa e mostrar a importância do tema abordado.

### 2.1 PROVISÃO

O CPC 25 (2009) define a provisão como “um passivo de prazo ou de valor incertos”. Além disso, diz que a provisão pode se diferenciar de outros passivos porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para sua liquidação. Assim, pode-se dizer que a provisão é uma forma da empresa se preparar para futuros desembolsos, gerados por obrigações passadas, no qual não é possível definir com exatidão a data e o valor futuro.

Contudo, vale ressaltar que, no Brasil, o termo provisão é muito utilizado, como por exemplo, provisão para férias, provisão para 13º salário, provisão de IR/CSLL, o que conforme CPC 25 (2009) está incorreto, visto que o termo “provisão” está associado a prazos e valores incertos. Desta forma, estes passivos derivados de apropriações por competências, não são provisões, sendo estes devendo ser contabilizados como passivos reais.

Segundo CPC 25 (2009), são necessários três requisitos para que se possa reconhecer uma provisão. São estes:

- a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) Ser provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O CPC 25 (2009) ainda enfatiza que, se as três condições não forem satisfeitas em sua totalidade, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O FIPECAFI (2010, p. 335) ainda complementa dizendo que, a obrigação presente caracteriza-se por evidência disponível de que é mais provável que vai existir a obrigação do que não. Em algumas vezes é necessário recorrer a opiniões de peritos, visto que as evidências não são tão claras. Ademais, o FIPECAFI (2010) acrescenta que, qualquer evidência adicional posterior a data do balanço deve ser considerada.

O FIPECAFI (2010, p. 336) acrescenta que a reavaliação periódica das provisões é de extrema importância em passivo mensurado por estimativa, ou seja, que possui seu valor

incerto, sendo isso previsto no próprio CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, nos itens 59 e 60, que dizem:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida; e

60. Quando for utilizado o desconto a valor presente, o valor contábil da provisão aumenta a cada período para refletir a passagem do tempo. Esse aumento deve ser reconhecido como despesa financeira.

Ademais, o CPC 25 (2009, p. 12) salienta que “uma provisão deve ser usada somente para os desembolsos para os quais a provisão foi originalmente reconhecida”. Ou seja, o desconto da provisão deve ser efetuado somente contra o fato que a originou, pois caso fosse descontada para outra finalidade, esconderia o impacto de dois eventos diferentes.

## 2.2 PASSIVOS CONTINGENTES

O CPC 25 (2009, p. 4) traz a seguinte definição para passivo contingente:

- a) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) Uma obrigação presente que resulte de eventos passados, mas que não é reconhecida por que:
  - i) Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
  - ii) O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Para Farias (2016, p. 24), os passivos contingentes surgem quando a entidade tem reconhecimento da possibilidade de redução de seu ativo ou de desembolso, para liquidar alguma obrigação que venha a existir.

Segundo Hendriksen e Van Breda (2009, p. 288), passivo contingente é um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presente de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequências de transações ou eventos passados, e cuja liquidação dependente de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência.

O CPC 25 (2009) aborda os diferentes tratamentos contábeis que os passivos contingentes devem ter, conforme sua probabilidade de ocorrência. Para facilitar o entendimento, foi elaborado um quadro resumo:

Quadro 1: Classificação em Provável, Possível e Remoto.

<b>Probabilidade</b>	<b>Definição</b>	<b>Tratamento contábil</b>
Provável	Quando há grande chance de perda por parte da empresa, ou seja, a probabilidade de ocorrência de um ou mais eventos futuros é maior do que a de não ocorrência.	Deve-se estimar e reconhecer uma provisão. Além de divulgar em nota explicativa.
Possível	Quando há uma obrigação possível ou presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Requer apenas uma divulgação em nota explicativa.
Remota	Quando há uma pequena chance de perda por parte da empresa, ou seja, a chance de saída de recursos é remota.	Não é necessário fazer qualquer tipo de divulgação em nota explicativa.

Fonte: Adaptado CPC 25.

O CPC 25 (2009) deixa claro a diferença entre provisão e passivo contingente. As provisões são reconhecidas, enquanto que os passivos contingentes não. Ademais, segundo o item 12 do próprio CPC 25 (2009, p. 5), o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

### 2.3 BASES NORMATIVAS

Conforme Silva (2012, p. 6), muitas instituições foram responsáveis pelas definições e elaborações dos critérios de mensuração e evidenciação das provisões e passivos contingentes. Os principais órgãos internacionais que auxiliaram nas determinações das regras quanto às provisões e passivos contingentes a nível internacional foram o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

No Brasil, através da resolução 1.180/2009, aprovou-se a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Posteriormente, através da resolução CFC nº 1.055/05, tornou pública a aprovação do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que foi elaborado com base no IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (IASB). Mais tarde, em 2009, a Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM nº 594/09, revogou a Deliberação CVM nº 489/05 e tornou obrigatório para as empresas de capital aberto o CPC 25 (2009), para todos os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010.

## 2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Nesta sessão serão apresentados alguns estudos anteriores sobre o tema. Farias (2004), realizou um estudo sobre a divulgação de passivos contingentes por empresas do setor químico e petroquímico brasileiro, onde foi possível concluir que é bastante expressivo o número de empresas do segmento que reconhecem passivos contingentes, além de que, na maioria das companhias abordadas, os contingentes representavam aproximadamente 2% do total do passivo.

Caetano et al. (2010), realizou um estudo sobre a evidenciação do passivo contingente nas demonstrações contábeis de empresas de papel e celulose. Esse estudo permitiu concluir que, das sete empresas analisadas, todas possuíam passivos contingentes em seus demonstrativos contábeis, que representavam, em média, 4,54% do total do passivo, porém, em duas empresas analisadas, a provisão para contingência representou 10% do total do passivo. Caetano et al. (2010), tinha como problema de pesquisa, identificar se as empresas do segmento de papel e celulose evidenciavam, em suas Demonstrações Financeiras, as informações mínimas exigidas pelos órgãos normativos nacionais quanto ao Passivo Contingente.

Já Silva (2012), realizou um estudo sobre a análise e cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas do ramo da mineração, siderurgia e metalurgia, onde foi possível concluir que os passivos contingentes eram mais representativos que as provisões. Silva (2012) realizou um estudo bibliográfico. Além disso, realizou uma pesquisa no *site* BM&Bovespa, afim de verificar as empresas que atuam no subsetor de Mineração, Siderurgia e Metalurgia, utilizando suas Demonstrações Financeiras para a coleta de dados.

Também há o estudo proposto por Silva (2014), que aborda a evidenciação das provisões e passivos contingentes nas demonstrações contábeis em empresas de material rodoviário. Este estudo proposto por Silva (2014) também se baseou nos estudos anteriormente citados, e foi possível concluir que apenas as empresas listadas na BM&FBOVESPA estão seguindo as normas mínimas de evidenciação do passivo contingente, conforme estabelecido pelo CPC 25.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão serão apresentados os métodos da pesquisa que será desenvolvida. Quanto ao objetivo, esta pesquisa possui cunho descritivo. Segundo Gil (2008, p. 29), as

pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto à forma de abordagem do problema, este estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa. Para Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Richardson (1999, p. 79) ainda complementa que:

O aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, não obstante perderem seu caráter qualitativo quando são transformadas em dados quantificáveis, na tentativa de se assegurar a exatidão no plano do resultado.

Referente aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa classifica-se como documental. Para Gil (2008, p. 51), pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, contudo, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza de contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam qualquer tipo de tratamento analítico.

A fim de atingir os objetivos desta pesquisa, foram examinadas as demonstrações financeiras, do exercício findo em 2016, de quatro empresas do ramo do varejo. A obtenção das informações se deu via internet, através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou do próprio site das empresas analisadas. Através do quadro 2, apresentamos as quatro empresas que serão analisadas neste estudo, que foram definidas devido a sua relevância no mercado.

Quadro 2 – Empresas que compõem a amostra da pesquisa

<b>Razão Social</b>	<b>Segmento de Listagem - BM&amp;Fbovespa</b>	<b>Sector de Atividade</b>
Grendene S.A.	Novo Mercado	Têxtil e Vestuário
Lojas Renner S.A.	Novo Mercado	Comércio (Atacado e Varejo)
Marisa Lojas S.A.	Novo Mercado	Têxtil e Vestuário
Alpargatas S.A.	Novo Mercado	Têxtil e Vestuário

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Para que se possa cumprir com o objetivo da pesquisa, foi elaborado um *checklist* com os principais pontos a serem observados, ou seja, perguntas elaboradas com base no CPC 25 (2009), quanto ao que as empresas devem cumprir em seus demonstrativos financeiros referente ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões e passivos contingentes.

Quadro 3 – Checklist criado para realizar a coleta de dados.

<i>Checklist</i>	
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado? (item 14) 2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação? (item 14) 3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação? (item 14)
	<b>Passivos contingentes</b>
	4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa? (Item 28) 5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes? (Item 30)
<b>Mensuração</b>	<b>Provisões e passivos contingentes</b>
	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço? (item 36) 7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão? (item 42) 8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação? (item 45) 9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação? (item 48) 10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço? (item 59) 11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão? (item 66)
	<b>Provisões</b>
	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período? (Item 84) 13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o aumento em provisões já existentes? (Item 84) 14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período? (Item 84) 15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período? (Item 84) 16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão? (Item 85) 17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado? (Item 85)
	<b>Passivos Contingentes</b>
	18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações? (Item 86)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

O quadro 3 foi criado com base no CPC 25, considerando suas exigências para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes.

Através do *checklist* criado, conforme quadro 3, foi possível realizar a coleta dos dados para análise. A técnica de análise utilizada foi a de documentação direta, onde foram analisadas as informações contidas nas demonstrações financeiras das companhias em análise.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta sessão serão apresentados os resultados obtidos através das análises efetuadas nas demonstrações financeiras das quatro empresas escolhidas para efetuar a pesquisa. Inicialmente, serão analisadas as empresas individualmente, e posteriormente, será realizado um comparativo entre os dados obtidos através destas análises.

##### 4.1 LOJAS RENNER S A

De acordo com a análise efetuada na demonstração financeira da Lojas Renner S.A., verificamos que o total de provisões representou 1,10% do total de passivos da empresa no exercício findo em 2016. O tipo de provisão com maior representatividade dentro do montante provisionado foi o fiscal, totalizando R\$37.356 mil reais, equivalendo a 52,61% do total de provisões da companhia. A tabela 1, apresentada a seguir, demonstra os valores que a empresa provisionou no exercício.

Tabela 1 – Análise vertical das provisões – Lojas Renner S.A.

	<b>Saldo em 2016 (R\$)</b>
Passivo Total	6.475.212
Total de Provisões	71.012
% de Provisões	1,10%
<b>Tipos de provisões</b>	
Fiscais	37.356
%	52,61%
Cíveis	20.188
%	28,43%
Trabalhistas	13.468
%	18,97%
Total de provisões	71.012

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

As provisões fiscais da Lojas Renner resumem-se a questionamentos quanto a créditos de ICMS no consumo de energia, suposto creditamento indevido de ICMS relacionado a aquisição de mercadorias, autos de infração para cobrança de ICMS diferencial de alíquota, auto de infração de IRPJ/CSLL referente a dispêndios de inovação tecnológica cujos projetos

não foram entendidos como tal pela Receita Federal do Brasil, compensação de créditos de PIS reconhecidos em ação judicial com débitos de PIS/COFINS não homologada por suposta inexistência de crédito, entre outros. Ademais, a empresa encerrou o exercício com um saldo de R\$ 9.050, referente a depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários.

Quanto à probabilidade de perda destas provisões decorrentes de processos fiscais, destaca-se o fato de a empresa ter provisionado autos de infração cuja probabilidade de perda é considerada como possível. Porém, o CPC 25 (2009) menciona que, quando a perda do auto de infração for classificada como possível, a companhia deve divulgar um passivo contingente em nota explicativa, não se fazendo necessário o provisionamento de tal valor.

Referente às provisões cíveis, estas são decorrentes de processos judiciais de natureza consumerista com objetivos diversos. Já as provisões trabalhistas decorrem de processos trabalhistas com objetivos diversos. Conforme mencionado em nota explicativa, a empresa revisa periodicamente o montante a se provisionar, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Quanto aos passivos contingentes, a empresa divulga em nota explicativa que os principais passivos contingentes estão provisionados, pois a administração entende que, apesar de a probabilidade de ocorrer um desembolso ser pequena, com perda possível, é provável que no conjunto dos processos ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, ou seja, provisionados, principalmente devido às custas processuais e aos honorários advocatícios.

Além disso, a companhia menciona em nota explicativa a existência de um processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca “Renner” na exploração de serviços financeiros. A empresa ainda menciona que o processo encontra-se em disputa judicial, sendo considerada como provável a probabilidade de perda quanto ao uso da marca, mas remoto no que diz respeito a eventuais indenizações.

A Lojas Renner S.A. divulgou em suas notas explicativas apenas os processos classificados com probabilidade de perda provável e possível, não fazendo qualquer menção quanto aos processos judiciais de probabilidade remota. Através da análise, constatou-se que a empresa provisionou 100% dos processos classificados como prováveis e possíveis, apresentando uma breve descrição sobre todos os valores provisionados. Sendo assim, conclui-se que a companhia apresentou uma postura conservadora, provisionando inclusive os processos com probabilidade de perda possível, e atendeu os requisitos mínimos de divulgação exigidos pela norma.

O Quadro 4, baseado no *checklist*, indica o cumprimento, ou não, das exigências do CPC 25 por parte da Lojas Renner S.A.

Quadro 4 – Cumprimento do *Checklist* pela Lojas Renner S.A.

	<i>Checklist</i>	Cumpriu com a norma?
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>	
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado?	Sim
	2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	Sim
	3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação?	Sim
	<b>Passivos contingentes</b>	
	4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa?	Sim
	5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes?	Sim
<b>Mensuração</b>	<b>Provisões e passivos contingentes</b>	
	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço?	Sim
	7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão?	Sim
	8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?	Sim
	9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação?	Sim
	10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço?	Sim
	11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão?	Não possui
<b>Divulgação</b>	<b>Provisões</b>	
	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período?	Sim
	13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o aumento em provisões já existentes?	Sim
	14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período?	Sim
	15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período?	Sim
	16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão?	Sim
	17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	Não identificado
	<b>Passivos Contingentes</b>	
	18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações?	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

## 4.2 ALPARGATAS S.A.

A Alpargatas S.A. apresentou um total de R\$ 51.707 em provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, representando 1,37% do total de passivo da companhia no exercício findo em 2016. O tipo mais representativo foi o de causas trabalhistas, no montante de R\$ 27.475, equivalendo a 53,14% do total de provisão. A tabela 2, apresentada a seguir, foi elaborada a fim de facilitar a visualização da representatividade dos tipos de causas sobre o montante total provisionado.

Tabela 2 – Análise vertical das provisões – Alpargatas S.A.

	<b>Saldo em 2016 (R\$)</b>
Passivo Total	3.782.052
Total de Provisões	51.707
% de Provisões	1,37%
<b>Tipos de provisões</b>	
Fiscais	5.815
%	11,25%
Cíveis	16.901
%	32,69%
Trabalhistas	27.475
%	53,14%
Passivo Contingente	1.516
%	2,93%
<b>Total de provisões</b>	<b>51.707</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

As provisões trabalhistas da Alpargatas S.A., conforme mencionado em nota explicativa, resumem-se em ações movidas contra a companhia por ex-funcionários e colaboradores, reivindicando o pagamento de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e outras verbas, entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária.

Quanto às provisões referentes aos processos tributários, a entidade divulga em nota explicativa que os mesmos referem-se basicamente a autos de infração referente à COFINS do período de julho a setembro de 1992 emitido contra a companhia, em que se discutem diferenças não tributadas. A companhia ainda informa que o processo está aguardando decisão em última instância administrativa. Além disso, a companhia divulga em nota explicativa que o montante é atualizado a cada data base.

As provisões de processos cíveis, apesar de equivalerem a 32,69% do total de provisões, não possuem qualquer divulgação de sua natureza em nota explicativa, conforme

exigido no item 85 do CPC 25 (2009, p. 16), que diz que “a entidade deve divulgar, para cada classe de provisão, uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes”.

Quanto aos passivos contingentes, a companhia provisiona seu valor junto dos demais processos com probabilidade de ocorrência provável, divulgando em nota explicativa que o valor refere-se ao passivo contingente constituído ao valor justo em decorrência da aquisição da controlada Osklen. Contudo, conforme mencionado no item 16 do CPC 25 (2009, p. 6), a entidade divulga passivos contingentes quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Desta forma, se a obrigação na data do balanço é mais provável que sim do que não de existir, a entidade deveria reconhecer a provisão, não a tratando como um passivo contingente.

As movimentações que ocorreram no período também foram mencionadas em nota explicativa, respeitando a instrução do CPC 25 (2009), que exige que as empresas divulguem para cada classe de provisão, o valor contábil do início e do fim do período, além das provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes. A abertura das movimentações foi por tipo de processo, facilitando o entendimento das variações por parte dos usuários das demonstrações financeiras.

Referente aos processos com probabilidade de perda possível, a entidade divulgou através de nota explicativa, sendo que os mesmos resumem-se em autos de infração visando a cobrança de IRRF, compensando com créditos de IRPJ, não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL, cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre valores remetidos ao exterior a títulos de *royalties*, no qual a companhia já obteve decisão integralmente favorável transitada em julgado administrativamente, e relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio Têxteis Industriais Ltda.

Através da análise da demonstração financeira da Alpargatas S.A., pode-se concluir que, referente ao provisionamento das causas com probabilidade de perda provável e divulgação em nota explicativa das causas com probabilidade de perda possível, a companhia cumpriu o exigido pelo CPC 25 (2009), ademais, a entidade também cumpriu com a divulgação das movimentações do período. Porém, a entidade provisionou os valores referentes às causas cíveis, sem divulgar a natureza dos autos de infração em nota explicativa.

Sendo assim, é possível concluir que a empresa cumpriu com as exigências do CPC 25 (2009) de forma parcial, havendo oportunidade de melhoria em sua divulgação.

O Quadro 5, baseado no *checklist*, indica o cumprimento, ou não, das exigências do CPC 25 por parte da Alpargatas S.A.

Quadro 5 - Cumprimento do *Checklist* pela Alpargatas S.A.

	<i>Checklist</i>	Cumpriu com a norma?
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>	
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado?	Sim
	2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	Sim
	3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação?	Sim
	<b>Passivos contingentes</b>	
4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa?	Sim	
5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes?	Sim	
<b>Mensuração</b>	<b>Provisões e passivos contingentes</b>	
	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço?	Sim
	7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão?	Sim
	8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?	Sim
	9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação?	Sim
	10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço?	Sim
11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão?	Não possui	
<b>Divulgação</b>	<b>Provisões</b>	
	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período?	Sim
	13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o aumento em provisões já existentes?	Sim
	14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período?	Sim
	15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período?	Sim
	16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão?	Não
	17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	Não identificado
	<b>Passivos Contingentes</b>	
18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações?	Sim	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

### 4.3 LOJAS MARISA S.A.

A Lojas Marisa S.A., conforme análise efetuada em sua demonstração financeira, apresentou um saldo de R\$ 163.881 de total de provisão, representando 6,20% do total do passivo da companhia no exercício findo em 2016. O tipo de provisão que apresentou maior representatividade dentro do montante provisionado foi o fiscal, totalizando R\$ 132.078, representando 80,59% do total de provisões, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Análise vertical das provisões – Lojas Marisa S.A.

	<b>Saldo em 2016 (R\$)</b>
Passivo Total	2.644.049
Total de Provisões	163.881
% de Provisões	6,20%
<b>Tipos de provisões</b>	
Fiscais	132.078
%	80,59%
Cíveis	9.378
%	5,72%
Trabalhistas	22.425
%	13,68%
<b>Total de provisões</b>	<b>163.881</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

As provisões tributárias da Lojas Marisa S.A., conforme mencionado em nota explicativa, resumem-se a ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não foi respeitado o princípio da anterioridade para alteração de alíquota do FGTS, concessão de antecipação de tutela para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS, no qual a companhia já obteve decisão favorável, porém entende que seja melhor manter a provisão contábil dos efeitos de tal medida enquanto aguarda a confirmação da tutela com o trânsito em julgado da ação, e medida judicial para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída de produtos importados do Centro de Distribuição da companhia para comercialização/revenda. Ademais, a companhia possui provisão quanto a FAP/RAT e outros riscos tributários, porém, não faz qualquer menção da natureza ou descrição dos mesmos em suas notas explicativas.

Quanto às causas cíveis e trabalhistas com classificação de perda provável, pode-se perceber que o valor está totalmente provisionado, porém, a companhia não divulga em nota explicativa a natureza ou o método de mensuração de tais causas, conforme exigido pelo CPC

25. Contudo, a companhia apresenta as adições, pagamentos, reversões e atualizações, ou seja, as movimentações que ocorreram no montante provisionado durante o período em análise. É divulgado também o montante em depósitos judiciais e suas movimentações, cuja companhia divulga através de nota explicativa que estes depósitos são decorrentes de contestação, por parte da empresa, do pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis.

Referente às causas com probabilidade de perda possível, a companhia menciona em nota explicativa que mantém outros processos tributários em andamento, cuja classificação da probabilidade de perda foi definida através da avaliação dos consultores legais, ou seja, dos especialistas. Porém, não há maior detalhamento do que se referem estes processos, apenas a informação quanto ao tipo de processo.

O Quadro 6, baseado no *checklist*, indica o cumprimento, ou não, das exigências do CPC 25 por parte da Lojas Marisa S.A.

Quadro 6 - Cumprimento do *Checklist* pela Lojas Marisa S.A.

	<i>Checklist</i>	Cumpriu com a norma?
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>	
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado?	Sim
	2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	Sim
	3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação?	Sim
	<b>Passivos contingentes</b>	
4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa?	Sim	
5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes?	Sim	
<b>Mensuração</b>	<b>Provisões e passivos contingentes</b>	
	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço?	Sim
	7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão?	Sim
	8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?	Sim
	9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação?	Sim
	10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço?	Sim
11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão?	Não possui	
<b>Divulgação</b>	<b>Provisões</b>	
	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período?	Sim

13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o aumento em provisões já existentes?	Sim
14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período?	Sim
15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período?	Sim
16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão?	Não
17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	Não identificado
<b>Passivos Contingentes</b>	
18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações?	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

#### 4.4 GRENDENE S.A.

A Grendene S.A. totalizou R\$ 3.195 em provisões, sendo que todo o valor provisionado é referente a autos de infração na esfera trabalhista, representando 0,10% do montante total de passivo da companhia, que é de R\$ 3.253.820, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 – Análise vertical das provisões – Grendene S.A.

	<b>Saldo em 2016 (R\$)</b>
Passivo Total	3.253.820
Total de Provisões	3.195
% de Provisões	0,10%
<b>Tipos de provisões</b>	
Trabalhistas	3.195
%	100,00%
<b>Total de provisões</b>	<b>3.195</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Através da análise realizada nos demonstrativos financeiros da companhia, é possível identificar que durante o exercício houve movimentações de processos dos tipos trabalhistas e cíveis, porém, os processos cíveis se realizaram durante o próprio período. Além disso, nas notas explicativas divulgadas pela companhia não existe qualquer descrição sobre os processos provisionados, apenas um parágrafo informando que os processos foram provisionados com base na opinião de seus assessores jurídicos, no qual o valor total provisionado refere-se a causas com probabilidade de perda provável.

Quanto aos passivos contingentes, ou seja, os processos com probabilidade de perda classificada como possível não houve qualquer provisionamento, porém, a companhia informa através de nota explicativa que estas ações possuem natureza trabalhista, fiscal, cível e ambiental, e que a classificação é definida com base na classificação de seus assessores jurídicos. Não há descrição detalhada sobre as causas, apenas a informação, através de um quadro demonstrativo, que os processos fiscais se referem basicamente a PIS/COFINS e INSS.

Apesar de ser uma empresa listada na BM&FBovespa, a Grendene S.A. não cumpriu com todas as exigências do CPC 25 (2009), quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em suas demonstrações financeiras.

Entre as quatro empresas analisadas, a Grendene S.A. foi a empresa que apresentou o menor valor provisionado e a menor representatividade das provisões frente ao montante total de passivo. Além disso, foi a empresa que menos se adequou as exigências do CPC 25(2009), não divulgando uma breve descrição sobre os processos e a sua base de mensuração, tanto para as provisões, quanto para os passivos contingentes.

O Quadro 7, baseado no *checklist*, indica o cumprimento, ou não, das exigências do CPC 25 por parte da Grendene S.A.

Quadro 7 - Cumprimento do *Checklist* pela Grendene S.A.

	<i>Checklist</i>	Cumpriu com a norma?
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>	
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado?	Sim
	2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	Sim
	3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação?	Sim
	<b>Passivos contingentes</b>	
	4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa?	Sim
	5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes?	Sim
<b>Mensuração</b>	<b>Provisões e passivos contingentes</b>	
	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço?	Sim
	7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão?	Sim
	8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?	Sim
	9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação?	Sim
	10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço?	Sim

	11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão?	Não possui
<b>Divulgação</b>	<b>Provisões</b>	
	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período?	Sim
	13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o aumento em provisões já existentes?	Sim
	14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período?	Sim
	15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período?	Sim
	16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão?	Não
	17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	Não identificado
	<b>Passivos Contingentes</b>	
	18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações?	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

#### 4.5 ANÁLISE GERAL

Durante as análises individuais das quatro empresas utilizadas como amostragem para esta pesquisa, foram identificadas diferenças relevantes entre as formas que as empresas reconhecem, mensuram e divulgam suas provisões e passivos contingentes. Assim, fez-se necessário realizar uma comparação entre as informações divulgadas pelas companhias, de forma que possamos analisar os percentuais das provisões dentro do total de passivo de cada empresa, os tipos de provisões reconhecidas e a representatividade dos passivos contingentes divulgados.

O Quadro 8, baseado no *checklist* elaborado, apresenta o resultado comparativo, indicando o cumprimento, ou não, das exigências do CPC 25 (2009).

Quadro 8 – Comparativo do cumprimento do *checklist*.

	<i>Checklist</i>	Renner	Alpargatas	Marisa	Grendene
<b>Reconhecimento</b>	<b>Provisões</b>				
	1) A entidade tem obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado?	Sim	Sim	Sim	Sim
	2) É provável que se fará necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	Sim	Sim	Sim	Sim

	3) A estimativa é confiável, ou seja, é possível calcular uma estimativa confiável do valor da obrigação?	Sim	Sim	Sim	Sim
	<b>Passivos contingentes</b>				
	4) A entidade divulga seus passivos contingentes em nota explicativa?	Sim	Sim	Sim	Sim
	5) A entidade realiza reavaliações periódicas de seus passivos contingentes?	Sim	Sim	Sim	Sim
	<b>Provisões e passivos contingentes</b>				
<b>Mensuração</b>	6) O valor reconhecido pela companhia é a melhor estimativa possível de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço?	Sim	Sim	Sim	Sim
	7) A companhia considerou os riscos e incertezas na hora de avaliar a melhor estimativa da provisão?	Sim	Sim	Sim	Sim
	8) O valor da provisão é o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?	Sim	Sim	Sim	Sim
	9) A companhia avaliou a possibilidade de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação?	Sim	Sim	Sim	Sim
	10) A companhia reavaliou e ajustou o valor da provisão na data do balanço?	Sim	Sim	Sim	Sim
	11) A companhia possui algum contrato oneroso reconhecido e mensurado como provisão?	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
	<b>Provisões</b>				
<b>Divulgação</b>	12) A companhia divulga o valor contábil do início e do fim do período?	Sim	Sim	Sim	Sim
	13) A companhia divulga as provisões adicionais que foram realizadas no período, ou até mesmo o	Sim	Sim	Sim	Sim

aumento em provisões já existentes?				
14) A companhia divulga os valores que foram incorridos ou baixados durante o período?	Sim	Sim	Sim	Sim
15) A companhia divulga os valores revertidos durante o período?	Sim	Sim	Sim	Sim
16) Para cada provisão, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes desta provisão?	Sim	Não	Não	Não
17) A companhia divulga o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado
<b>Passivos Contingentes</b>				
18) Para cada passivo contingente, a companhia apresenta uma breve descrição da natureza das obrigações?	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme Tabela 5, é possível verificar que as provisões representam apenas uma pequena parte dos passivos totais reconhecidos pelas companhias analisadas – em média 2,19%. Enquanto a Lojas Marisa foi empresa que apresentou a maior representatividade de provisões frente ao passivo total, sendo 6,20%, a Grendene foi responsável pela menor representativa, sendo 0,10%.

Tabela 5 – Análise Vertical Provisões

<b>Empresa</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>Total de Provisões</b>	<b>% de Provisões</b>
Grendene	3.253.820	3.195	0,10%
Lojas Renner	6.475.212	71.012	1,10%
Lojas Marisa	2.644.049	163.881	6,20%
Alpargatas	3.782.052	51.707	1,37%
<b>Média % de Provisões</b>			<b>2,19%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Após, foram analisados os diferentes tipos de provisão que as empresas analisadas reconheceram em suas demonstrações contábeis.

Tabela 6 – Tipos de provisão reconhecidas por empresa.

<b>Provisões</b>	<b>Grendene</b>		<b>Lojas Renner</b>		<b>Lojas Marisa</b>		<b>Alpargatas</b>	
Fiscais	-	0%	37.356	53%	132.078	81%	5.815	11%
Trabalhistas	3.195	100%	13.468	19%	22.425	14%	27.475	53%
Cíveis	-	0%	20.188	28%	9.378	6%	16.901	33%
Passivo Contingente	-	0%	-	0%	-	0%	1.516	3%
<b>Total</b>	<b>3.195</b>	<b>100%</b>	<b>71.012</b>	<b>100%</b>	<b>163.881</b>	<b>100%</b>	<b>51.707</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A tabela 6 foi elaborada com base nas notas explicativas divulgadas pelas empresas analisadas em suas demonstrações contábeis, obtidas através do portal da CVM.

Conforme apresentado na Tabela 6, é possível verificar que a provisão mais representativa, considerando o total de provisões das empresas analisadas, é relativa a questões fiscais, sendo a mais representativa nas Lojas Renner e Lojas Marisa.

Porém, nota-se que a única provisão comum entre as quatro empresas analisadas é relativa a questões trabalhistas, possuindo uma maior representatividade na empresa Alpargatas. Em nenhuma das empresas foi identificada qualquer provisão referente a riscos ambientais, garantias, reestruturação ou benefícios a empregados, que são outras provisões previstas no plano de contas padrão utilizado pela CVM.

Além disso, nota-se que somente a Alpargatas provisionou saldo referente a passivo contingente, que conforme já mencionado anteriormente durante a análise individual da companhia, se a obrigação na data do balanço é mais provável que sim do que não de existir, a entidade deveria reconhecer a provisão, não a tratando como um passivo contingente.

Quanto a Grendene, através das Tabelas 5 e 6, nota-se que esta possui a menor representatividade de provisões em relação ao total de passivo, quando comparado com as demais empresas analisadas. Também é a única companhia a apresentar somente um tipo de provisão em sua demonstração financeira, sendo esta, trabalhista.

As Lojas Renner e Lojas Marisa, dentre as quatro empresas analisadas, apresentam os mesmos tipos de provisões, sendo estas do tipo fiscal, civil e trabalhista, sendo que as provisões do tipo fiscal possuem maior representatividade dentro do total provisionado por cada uma das duas companhias.

Quanto aos passivos contingentes, conforme a Tabela 7, elaborada a partir de análise efetuada nas notas explicativas das demonstrações financeiras das companhias investigadas, constatou-se que estes possuem maior representatividade do que as provisões quando comparados ao total de passivos de cada companhia, assim como identificado por Silva (2012), em seu estudo sobre empresas do segmento de Mineração, Siderurgia e Metalurgia.

Tabela 7 – Análise Vertical Passivos Contingentes

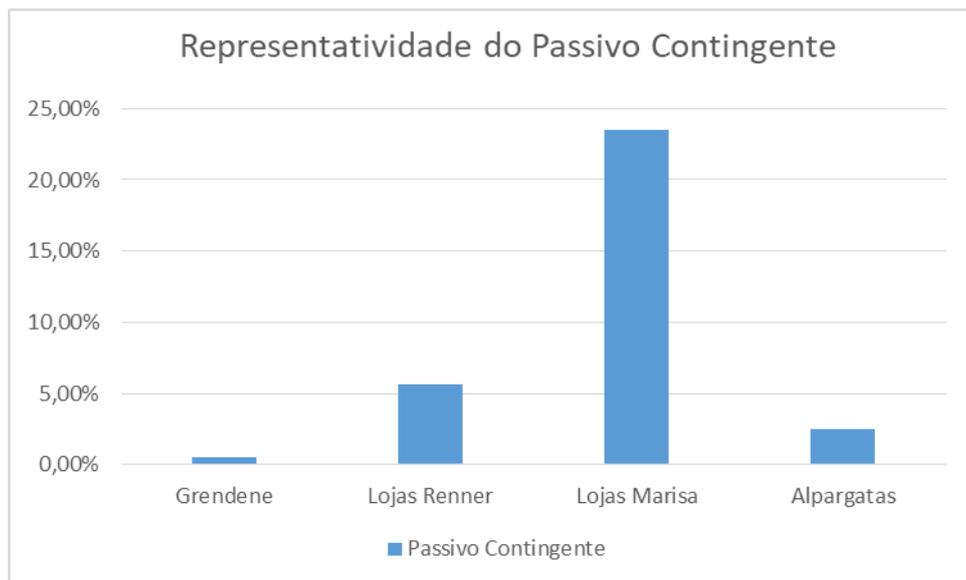
<b>Empresa</b>	<b>Passivo Total</b>	<b>Passivo Contingente</b>	<b>% do Passivo Contingente</b>
Grendene	3.253.820	18.211	0,56%
Lojas Renner	6.475.212	365.218	5,64%
Lojas Marisa	2.644.049	621.545	23,51%
Alpargatas	3.782.052	94.764	2,51%
<b>Média % de Passivos Contingentes</b>			<b>8,05%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Através da Tabela 7, é possível notar que a Lojas Marisa possui a maior representatividade de passivo contingente em relação ao passivo total da companhia, além de possuir o maior saldo de passivo contingente entre as empresas analisadas.

Já a Grendene apresentou a menor representatividade, além do menor saldo de passivo contingente. A média de representatividade dos passivos contingentes sobre o passivo total das empresas foi de 8,05%.

Figura 1 – Representatividade do Passivo Contingente



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Através da Figura 1, percebe-se a diferença de representatividade do passivo contingente das empresas em relação ao seu passivo total. A Lojas Marisa possui uma

representatividade muito superior às demais empresas analisadas, sendo a única empresa analisada a ter seu percentual de representatividade acima da média de 8,05%, conforme indicado na Tabela 7.

Conforme CPC 25 (2009, p. 4 e 5), “as provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação”. Segundo FIPECAFI (2010, p. 334), os passivos derivados de apropriações por competência são caracterizados como obrigações já existentes, registradas no período de competência, em que não existe grau de incerteza relevantes, assim, já se caracterizam como passivos genuínos e não devem ser reconhecidos como provisão.

O FIPECAFI (2010) ainda complementa com os seguintes exemplos destes passivos: férias, 13º de funcionários, encargos sociais, etc. Através da análise efetuada nas demonstrações contábeis das quatro empresas, verificou-se que a Lojas Renner S.A. foi a única a não cumprir com esta exigência do CPC 25 (2009), apresentando em sua demonstração financeira o termo “provisão para imposto de renda e contribuição social”. O mesmo ocorreu no estudo proposto por Silva (2012), onde identificou-se que as empresas utilizavam o termo provisão de forma inadequada, referindo-se aos passivos decorrentes de apropriações por competência (*accruals*).

Também, notou-se a utilização inadequada do termo “provisão para perdas em crédito” nas demonstrações financeiras da Lojas Renner S.A., que segundo FIPECAFI (2010, p. 334), deveria ser chamada “perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” (PECLD). Essa alteração tem por objetivo reduzir o emprego inadequado do termo provisão, além de estar em consonância com o IASB e com o conceito de “redução ao valor recuperável”.

Através dos resultados obtidos através das análises efetuadas, é possível verificar que as empresas ainda não estão 100% adequadas às práticas contábeis atuais, que são oriundas de um processo de padronização das práticas contábeis brasileiras com a norma internacional. Visto que o pronunciamento do CPC 25 (2009) foi emitido em 2009, já se esperava que as empresas estivessem utilizando as corretas nomenclaturas e realizando os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação adequados, contudo, as análises efetuadas demonstraram que ainda há o que evoluir em termos de divulgação por parte das empresas de varejo.

Quanto à mensuração, é possível identificar nas demonstrações contábeis das companhias que todas utilizam da opinião de seus assessores jurídicos e da administração para determinar o montante a ser provisionado.

Referente ao reconhecimento das provisões e passivos contingentes, a Alpargatas S.A. foi a única empresa que apresentou inconsistência com o CPC 25 (2009), utilizando o termo “passivo contingente” para uma provisão. O FIPECAFI (2010, p. 335) é bem específico ao mencionar que as provisões são contabilizadas, porém, os passivos contingentes não. Além disso, nenhuma das quatro empresas analisadas fez alguma menção sobre suas obrigações classificadas com risco de perda remota, o que conforme o CPC 25 (2009) está adequado, visto a não obrigatoriedade da divulgação de tais obrigações pelas companhias.

Referente às divulgações, nota-se que em relação às movimentações do período, todas as empresas apresentaram um quadro constando as baixas, adições, reversões e atualizações, ou seja, as variações que ocorreram no período. A Grendene S.A. não satisfaz as exigências do CPC 25, visto que não apresenta uma breve descrição das obrigações provisionadas, divulgando apenas o tipo a que estes se referem. A Lojas Renner S.A. e a Lojas Marisa S.A. são as empresas que cumprem de forma mais satisfatória a norma contábil, no que se refere à divulgação, apresentando a descrição de suas principais obrigações em suas notas explicativas.

Quanto aos passivos contingentes, no que se refere a sua divulgação, a companhia Alpargatas S.A. provisionou seu saldo junto com as demais provisões, utilizando a denominação “Passivos Contingentes”, conforme já mencionado, o que está em desacordo com a norma contábil. Já a companhia Grendene S.A., divulgou em nota explicativa os tipos de obrigações classificadas com risco de perda possível, porém, não divulgou qualquer descrição sobre o que se referem tais obrigações.

A Lojas Renner S.A. foi a única entre as empresas analisadas a informar o cronograma esperado para as saídas de benefícios econômicos. A companhia informou em qual instância os processos se encontravam ou, se não houvesse qualquer previsão de data para desembolso de recursos, isso era mencionado no descritivo da obrigação.

No que tange as informações referentes às variações decorrentes de ajuste a valor presente, as quatro empresas analisadas deixaram a desejar, não divulgando qualquer informação relativa ao assunto em suas demonstrações financeiras. Assim, é possível afirmar que quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, as exigências são atendidas de forma parcial por todas as empresas analisadas, havendo então, oportunidades de melhoria para as divulgações posteriores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi identificar se as empresas do segmento varejista estão cumprindo com as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, conforme CPC 25 (2009) instituído pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e demais bases normativas. A fim de atingir tal objetivo, foi realizado um estudo de cunho descritivo, onde foram utilizadas as notas explicativas e demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2016 das empresas Grendene S.A., Lojas Renner S.A., Lojas Marisa S.A. e Alpargatas S.A., que compuseram a amostra do estudo.

Através das análises efetuadas e evidências obtidas, com base no *checklist* elaborado a partir do CPC 25 (2009), notou-se que as provisões equivalem a uma pequena parte do passivo total reconhecido pelas empresas. A Grendene S.A., por exemplo, possui uma representatividade de apenas 0,10% de provisões em relação ao total de passivo da companhia. Enquanto que as Lojas Marisa, apresentaram uma representatividade de 6,20%, sendo a maior entre as empresas analisadas.

Referente aos passivos contingentes, estes possuem maior representatividade do que as provisões. As quatro empresas utilizadas na amostragem deste estudo apresentaram representatividade maior para os passivos contingentes do que para as provisões. A Lojas Marisa S.A., por exemplo, que apresentou a maior representatividade na análise das provisões, também apresentou a maior representatividade no que se refere aos passivos contingentes, no percentual de 23,51% sobre o total de passivos divulgados pela companhia.

Notou-se que as empresas ainda não estão devidamente adequadas às normas contábeis no que se refere ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes. Esta afirmação pode ser confirmada através das evidências obtidas sobre a inadequada utilização do termo provisão para passivos decorrentes de apropriações por competência e de contas redutoras do ativo, pela Lojas Renner S.A. O estudo desenvolvido por Silva (2012) demonstra que esta característica não é exclusiva para companhias do varejo, visto que o mesmo resultado foi obtido em sua pesquisa referente a empresas de mineração, siderurgia e metalurgia.

Visto o período em que já está em vigência o CPC 25 (2009), e a forma como apresentam em suas demonstrações financeiras as informações referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes, pode-se afirmar que as empresas utilizadas como amostra para este estudo possuem conhecimento das exigências impostas pela norma. Porém, através dos resultados obtidos, é possível afirmar que as

empresas não estão cumprindo com as práticas impostas pelo CPC 25 (2009) e demais normas relacionadas. Algumas informações são incompletas, não permitindo aos usuários obter o melhor entendimento das obrigações classificadas tanto como prováveis, como possíveis.

Apesar de recentes, as atuais práticas contábeis já passaram de seu período de adaptação. Assim, espera-se que as empresas já cumpram em suas demonstrações financeiras com as exigências impostas pelas normas. Ademais, conforme CPC 26 (2011, item 16), “as entidades cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC deve declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas. A entidade não deve afirmar que suas demonstrações contábeis estão de acordo com esses Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações a menos que cumpra todos os seus requisitos”.

Este estudo tem a intenção de contribuir para o conhecimento e entendimento sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões e passivos contingentes, conforme CPC 25 (2009) e demais bases normativas, além da devida contabilização e aplicação por partes das empresas do setor varejista.

Como limitação deste estudo, pode-se citar o fato de as conclusões terem sido obtidas através da análise de empresas selecionadas por amostragem, ou seja, não se investigou a totalidade das empresas do ramo varejista, assim, não se pode emitir uma opinião generalizada, visto que outras empresas do setor não foram investigadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação deste estudo em outras empresas do segmento varejista, a fim de ampliar as conclusões quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes por empresas do setor, ou então em outros segmentos, a fim de obter tal entendimento em diferentes setores do mercado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Diane; FARIA, José C. O Reconhecimento da Contingência nas Demonstrações Contábeis: Provisão x Reserva. In: **ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 13. 2009, Paraíba. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/0264\\_0408\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0264_0408_01.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CAETANO, Thalita P. et al. **Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis**: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 15 f., 2010, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/432.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação 594/09**. Brasília: CVM, 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli594.html>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2005**. Brasília: CVM, 2005. Disponível em: <<http://sistemas.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP-01-2005.asp#23.1>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1)** – Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25**: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/303\\_CPC\\_25\\_Termodeaprovacao.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/303_CPC_25_Termodeaprovacao.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/05**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/contabilistas/NORMAS/Res1055.htm>). Acesso em: 03 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.180, de 24 de Julho de 2009**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FARIAS, M.R.S. **Divulgação do Passivo**: Um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/pt-br.php>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

FARIAS, Robson B. **Fatores Explicativos do Nível de Disclosure das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa**. 2016. 53 f. Monografia apresentada Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Disponível em: <[https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/123456789/322/1/encrypted\\_ROBSONFARIAS.pdf](https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/123456789/322/1/encrypted_ROBSONFARIAS.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Thássia S. **Análise do Cumprimento das Exigências de Reconhecimento, Mensuração e Divulgação das Provisões e Passivos Contingentes em Empresas de Mineração, Siderurgia e Metalurgia**. Porto Alegre, 2012. Acesso em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61944>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SILVA, Leonardo M. F. **Evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes nas Demonstrações Contábeis em Empresas de Material Rodoviário**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140596>>. Acesso em: 04 dez. 2017.